

COMO OS PAIS DOS ALUNOS DA ESCOLA PÚBLICA PERCEBEM A ALFABETIZAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO

Núbia Luiz Cardoso
Sandra Lara da Silva

Resumo

O tema alfabetização tem ocupado um espaço privilegiado, quando o foco é a educação, mas o que de fato não tem sido concretizado é o direito à alfabetização das crianças brasileiras. Crianças que terminam sua infância sem saber escrever o próprio nome. O Estado, em seu discurso ideológico, coloca este tema como central. A cada quatro anos uma nova política para o fim do analfabetismo é implantada, mas o número de analfabetos e analfabetos funcionais ainda se mantém crescente. Neste sentido este trabalho, tem como objetivo compreender o olhar dos pais em meio a este processo. O presente trabalho foi desenvolvido em duas escolas da rede pública da Região Administrativa de Ceilândia (RAC), Distrito Federal.

Palavras- chaves: **Alfabetização, Participação dos pais, Direito à alfabetização.**

INTRODUÇÃO

Como os pais vêem a alfabetização e a escola? Neste apresentamos uma análise de questionário respondido por pais de duas (2) escolas públicas da Região Administrativa de Ceilândia (RAC). O presente é ainda fruto de inquietações das autoras, pois em momentos de coordenações, conselhos de classe; ouvimos constantemente colegas de profissão, reclamarem que: “os pais não participam”, que “os pais não dão valor à escola”, “só trazem as crianças para a escola, pois são obrigados”. O que leva a esta ‘pouca participação’ dos pais na vida escolar de seus filhos? Em especial no acompanhamento do processo de alfabetização dos estudantes? Quais são os fatores que interferem ou afastam os pais da escola? Por que estes pais comparecem à escola, somente em reuniões ou festas promovidas pela escola?

Neste sentido realizamos uma pesquisa por amostragem, com os pais de duas escolas públicas da RAC. Escolhemos está RA, pois trabalhamos nesta região há mais de cinco anos, temos um envolvimento singular com a comunidade. A pesquisa foi desenvolvida em uma escola mais ao centro desta RAC e a outra na periferia desta região com a denominação de Sol Nascente.

Esta pesquisa foi desenvolvida em uma abordagem qualitativa. Procuramos compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada. Utilizamos como

instrumentos de coletas de dados: análise de documentos que tratam sobre o direito à alfabetização e entrevistas com os pais das escolas selecionadas. Elaboramos uma entrevista semi-estruturada e entrevistamos alguns pais na escola. Para alcançar um número maior de dados encaminhamos para os pais, por meio dos alunos, um questionário com as mesmas questões. Este trabalho se divide em dois momentos, primeiro discutimos o direito à alfabetização das crianças brasileiras em seguida trazemos as vozes dos pais.

Cenário da pesquisa: Um pouco da história de Ceilândia

Após a construção e transferência da Capital Federal para Brasília em 1960, muitos trabalhadores que vieram de várias partes do país, sobretudo da região nordeste para participar com a força de trabalho, na construção de Brasília, decidiram ficar. A nova capital não tinha um projeto de expansão urbana como destaca Oliveira (2008), com isto houve o surgimento de algumas favelas no entorno da nova capital.

No início da década de 1970, o Estado conduziu um programa de remoção destas favelas para uma região mais distante do Plano Piloto, surgindo assim Ceilândia. “Cujo nome deriva da sigla C.E.I. – Campanha de Erradicação de Invasões”. Oliveira (2008, p. 64). A remoção da população para a Ceilândia começou em 27 de março de 1971, estabelecendo a data de sua fundação a partir da transferência de, aproximadamente, 80.000 moradores. A RAC foi instituída pela Lei n.º 49/89 e o Decreto n.º 11.921/89. A população urbana da Ceilândia foi estimada, no ano de 2013, em 449.592 habitantes, conforme dados Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD, 2013).

Durante quarenta e três anos, Ceilândia foi a Região Administrativa (RA) com o maior crescimento demográfico do DF, é também a RA que passou por maiores mudanças, mas ainda necessita de maior atenção do Estado, principalmente em relação à infraestrutura, pois a cidade continua sem um planejamento adequado para o real crescimento da população, além é claro de escolas para atender todas as crianças e jovens residentes nessa RA.

A RA de Ceilândia tem 94 escolas dentre elas: 50 Escolas Classe (EC), escola que oferece de Educação Infantil até o quinto ano; 25 Centros de Ensino Fundamental (CEF), que ofertam a primeira e segunda etapa do ensino fundamental; 02 Centros de Ensino Especial

(CEE); 04 Centros Educacionais (CED); 06 Centros de Ensino Médio (CEM); 01 Escola Técnica, 05 Escolas Rurais e 01 Escola Parque.

Alfabetização no Brasil

O conceito de alfabetização e alfabetizado tem sofrido mudanças ao longo do tempo, acompanhando as transformações econômicas, sociais e políticas. Na medida em que o conceito do termo alfabetização passou por modificações, a concepção do sujeito alfabetizado também se alterou. No período colonial, havia um grande número de pessoas (crianças, jovens e adultos) não alfabetizadas. Fato este que só se tornou problema em 1882, com a proibição do voto dos analfabetos. A partir da Constituição Federal (CF) de 1988, o voto da população analfabeta passou a ser facultativo (Mortatti, 2004). A CF 1988 no artigo 214 destaca a preocupação com o fim do analfabetismo, assim como a universalização do ensino básico. Há vinte anos era considerado alfabetizado aquele que sabia escrever o próprio nome, hoje o conceito ampliou. Britto (2007, p. 21) sinaliza que o analfabetismo tem diminuído e conseqüentemente o número de alfabetizado tem expandido, de forma “constante lenta e desigual”.

O analfabetismo, em todos os estágios da vida pode ser entendido como um fenômeno integrado na totalidade do sistema social e resultante do funcionamento diferenciado do sistema social prevalece ainda relações sociais de dominação que determinam as condições desiguais, de oportunidades, de emprego, de acesso à cultura, de condições de exercer a cidadania, caminhando assim para a exclusão como aponta Prestes:

O analfabetismo, como fenômeno excludente, trás em si mesmo propriedades emergentes e não será eliminado enquanto existir a intencionalidade da sua conservação. Sua eliminação requer a existência de condições culturais e políticas; desejos e intenção de indivíduos, da coletividade e de representantes das estruturas institucionais (2005, p. 2).

Nossa sociedade está separada por classes sociais distintas, em um modelo onde o mercado e as relações de mercado atribuem valor a tudo. A escola e a escolarização, nesta sociedade de consumo são vista como mercadoria, como um bem de consumo que pode ser vendido, comprado e até descartado. Neste sentido COLELLO (2012) aponta que a base para a negociação da educação, é legitimada pela necessidade dos sujeitos em absorver conhecimento,

já predeterminado pelo capital como: diplomas, vagas de emprego e até reconhecimento social; deixando de lado o processo de aprendizagem. Evidenciamos assim uma sociedade de exclusão.

O analfabetismo e o analfabetismo funcional, como um fenômeno excludente, contribuem para gerar outras formas de exclusão social e econômica como o desemprego, a desinformação e o desconhecimento, reproduzindo assim as desigualdades descritas por Colello:

A dimensão política e social da escola tão denunciada pelos reprodutivistas (**controle do saber, segregação de classes, perpetuação das formas de dominação, reprodução das desigualdades, conservação de valores e princípios e domesticação das massas**) impinge ao funcionamento da escola uma concepção eminentemente tarefaira. (2012, p. 93) Grifo nosso.

A educação básica, da qual a alfabetização é um elemento principal, foi reconhecida como direito humano na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948, art. 26). Assim nas primeiras décadas do século XX, o acesso à escola pública, tornou-se legalmente um direito.

No Brasil conforme dados do Censo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) este direito à educação/alfabetização continua a ser violado, cerca de 15,2 milhões de crianças com idade até os oito anos ainda não foram alfabetizadas. Em nosso país, “até o início dos anos de 1990, o número de crianças e adolescentes entre 7 a 14 anos de idade que estavam fora da escola eram superior a 15 por cento”, Morais (2012, p. 21). Aprender a ler e a escrever tem sido um direito usurpado da sociedade e mais fortemente das crianças brasileiras.

O que chama a atenção é que uma quantidade significativa destas crianças não alfabetizadas aos oito anos de idade está matriculada em escolas da rede pública de ensino. Estas crianças têm acesso ao ensino básico, à merenda escolar, acesso a programas do governo como Bolsa Família, Renda Minha, dentre outros. Mas não estão tendo acesso a uma educação que de fato promova a alfabetização, ou seja, não estão recebendo uma educação de qualidade.

Apenas garantir o acesso à escola para as crianças brasileiras, não contempla o que está descrito na Declaração dos Direitos Humanos (Castilho, 2013), pois a educação é um direito fundamental, a sua falta pode significar a negação de tantos outros Direitos Humanos. Por outro lado, sendo os direitos humanos universais, indivisíveis e interdependentes, ao assegurarmos o direito de todas as pessoas à educação, à alfabetização, ao aprendizado estaremos implementando todo um conjunto de direitos humanos.

Segundos dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2011) e IBGE (2010), no Brasil, existe um total de 14 milhões de analfabetos. Fazendo do Brasil, país membro pertencente ao grupo E-9 composto de nove países com o maior número de analfabetos no mundo.

A educação/ alfabetização compreendida como um direito, logo um meio indispensável para o acesso a outros direitos, vem ao encontro do que é apontado no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH, 2009, p. 23) “A concepção contemporânea de direitos humanos incorpora os conceitos de cidadania democrática, cidadania ativa”.

Evolução do Indicador de alfabetismo da população de 15 a 64 anos (2001-2002 a 2011). Fonte: INAF

INAF – Evolução do Indicador							
	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004 - 2005	2007	2009	2011/2012
Analfabeto	12%	13%	12%	11%	9%	7%	6%
Rudimentar	27%	26%	26%	26%	25%	20%	21%
Básico	34%	36%	37%	38%	38%	46%	47%
Pleno	26%	25%	25%	26%	28%	27%	26%
Analfabetos Funcionais	39%	39%	38%	37%	34%	27%	27%
Alfabetizados Funcionalmente	61%	61%	62%	63%	66%	73%	73%

Conforme tabela acima, muitos jovens e adultos tiveram acesso à escola, porém não foram alfabetizados de forma plena, limitando assim, suas condições básicas para o exercício da cidadania. Estes dados apontam que as crianças, mesmo sendo escolarizadas, permanecem analfabetas ou analfabetas funcionais em grande medida. O Brasil tem hoje 8 milhões de crianças entre 6 a 8 anos de idade matriculadas em 108 mil escolas distribuídas por todo o território. De acordo com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e os dados do Censo (2010) revelam que a média nacional de crianças não alfabetizadas aos oito anos no País é de 15,2%. Particularmente, no Distrito Federal temos 6,8 % e em Ceilândia “3,41% declararam ser analfabetos. Essa percentual passa para 5,58% quando somado aos que somente sabem ler e escrever e aos que fizeram curso de alfabetização de adultos” (PDAD, 2013 p. 36)

Estes dados revelam que a muitas crianças não esta assegurada o direito à alfabetização plena; crianças que tornarão jovens e adultos com dificuldades em ler o logradouro, o itinerário de um ônibus, sujeitos que terão sua cidadania usurpada.

A conquista pela alfabetização plena ainda na infância coloca em pauta tanto a questão da justiça social e a possibilidade de participação social como, também, a possibilidade de satisfação de necessidades mínimas, algumas localizadas e vista como direitos subjetivos. Colello (2012) afirma que embora estes sujeitos sejam escolarizados e em alguns casos até dominem o princípio alfabético e as regras do sistema de escrita alfabética continuam sendo incapazes de utilizar a escrita de modo significativo para interagir com a sociedade, garantindo assim a sua cidadania.

Parâmetros Curriculares Nacionais e Elementos Conceituais para a Elaboração dos Direitos de Aprendizagem

Na década 1990 pesquisadores da educação passaram a observar a alfabetização com um novo olhar, passaram do ponto de vista de “como ensina” para “como se aprende”, e conseqüentemente surge uma nova perspectiva e logicamente mudanças nas práticas educativas. A partir da participação do Brasil na Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtien, na Tailândia organizada pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, em meio a tantos estudos, pesquisas e análise de dados dos alunos surgem os Parâmetros Curriculares Nacionais, mais precisamente entre 1995 e 1998, um “referencial de qualidade para a educação com a função de orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional e visa à melhoria na qualidade da educação” respeitando as diversidades culturais, étnicas, religiosas e políticas”. (PCN, 1997, p.13)

A implementação dos PCN’S se deu com a formação continuada dos professores e com o curso: “PCN’S em ação”. Quase duas décadas se passaram, porém, ainda é preciso garantir a aprendizagem e o domínio da língua como está grafado nos PCN’s:

O domínio da língua tem estreita relação com a possibilidade de participação social, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha e ou constrói visões de mundo, produz conhecimentos. Assim, um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e responsabilidade de garantir a todos os alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos. (PCN’s- Língua Portuguesa, p.23)

No entanto o alto índice de analfabetismos e a baixa proficiência em leitura dos estudantes brasileiros são preocupantes. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) afirma que “somente 5,3% dos estudantes brasileiros atingem um nível de proficiência condizente com onze anos de escolarização, constituindo-se leitores competentes em relação a diversos tipos de textos”. Essa análise comprova que ainda não conseguimos garantir a alfabetização e letramento conforme se esperava com a implementação dos PCN’S e a formação continuada dos professores. E agora o que fazer? Indicadores reafirmam a urgência em rever os projetos educacionais, pois só o acesso à educação não é garantia de aprendizagem. Tivemos avanços durante esses vinte anos, mas quanto à qualidade em “Educação” fica muito a desejar.

A definição desses direitos só comprova que a qualidade da educação/alfabetização ainda não está garantida aos estudantes brasileiros, conforme já citamos anteriormente. E será que esses documentos são suficientes para que ocorra de fato uma educação de qualidade nas escolas públicas brasileiras?

Resultados da pesquisa: Como os pais percebem a escola e a alfabetização

Neste trabalho queremos perceber como os pais se relacionam com a escola, com as concepções pedagógicas contidas no currículo. Como os pais vêem o envolvimento da escola com a comunidade escolar e perceber qual a expectativa que os pais têm em relação à alfabetização/escolarização de seus filhos.

Utilizamos como instrumento de pesquisa uma entrevista semi-estruturada. O questionário foi dividido em duas partes. A primeira com questões sócio-econômico e cultural, e a segunda parte com questões abordando a relação dos pais com a escola: como é a relação da escola com a comunidade, a relação da escola com o mercado de trabalho, a expectativa dos pais em relação à alfabetização de seus filhos etc.

Os pais ou responsáveis entrevistados nas duas escolas: 80% eram as mães e 20% os pais. Noventa e cinco por cento (95%) dos entrevistados se declararam pardos. Quanto à escolaridade 20% concluíram o ensino fundamental, 68% dos entrevistados disseram ter concluído o ensino médio, e apenas 3% disseram ter concluído ensino superior. E 9% não concluíram o ensino fundamental. Alguns destes pais disseram que tem dificuldade em ler e que não conseguem

auxiliarem os filhos com os deveres de casa. Como relatou a (Mãe 39 Escola A): “Ler não é pra mim não, eu até tento, mais é difícil. Meu filho chega em casa com a atividade, ele não sabe fazer, e eu não consigo ajuda”.

Quando questionados sobre o que os motiva a levar os filhos para a escola, os pais entrevistados responderam de forma geral que “para ser alguém na vida”, “para ter um futuro melhor”, “para arrumar um bom emprego”, “um futuro promissor”. Estes pais vêem na alfabetização/escolarização um meio para que seus filhos saiam da situação de pobreza e exclusão em que vivem. Como aponta Garcia (2012), a sociedade brasileira continua a produzir analfabetos e analfabetos funcionais, contribuindo assim com a manutenção e privilégios de determinadas classes sociais. Estes pais veem a escola como uma instituição que deve promover a inclusão de seus filhos em uma sociedade que para eles parece distante. Estes pais se sentem à margem da sociedade, são “marginalizados” como aponta o professor Paulo Freire:

A percepção não-estrutural do analfabetismo tem revelado uma visão errônea dos analfabetos, como homens marginalizados. Aqueles que consideram como marginalizados devem, todavia, reconhecer a existência de uma realidade em relação à qual os analfabetos são marginalizados: não somente no espaço físico, mas realidades históricas, sociais, culturais, e econômicas; ou seja, a dimensão estrutural da realidade. (1980, p. 73)

Os pais acreditam que esta inclusão acontecerá por meio de um emprego que garanta o seu sustento. Dos pais entrevistados 95% deram respostas que ligava a escola ao mercado de trabalho. Mas quando estes mesmos pais responderam a uma questão abordando sobre a relação da educação/escola com o mercado de trabalho, 60% responderam que não viam relação alguma, “Pois a escola hoje não prepara para o mercado de trabalho, quando saímos da escola, não temos emprego, daí temos que fazer outros cursos.” (Pai 22, Escola Classe B).

Uma resposta que nos chamou à atenção foi de uma mãe que disse: “Na escola agente aprende e no trabalho você é escravizado. Se tiver estudo, pode montar seu próprio negócio e não ser humilhado.” (mãe 6, Escola Classe A). Questionamos então, a esta mãe, o quanto era necessário estudar para montar o próprio negócio, a mãe nos respondeu que era necessário ter o primeiro grau, pois trabalhar “para os outros era muita humilhação”. Está mãe, que denominamos de mãe 6 da EC A, tem 24 anos de idade, dois filhos em idade escolar matriculados. A mesma está cursando o 4º e 5º ano do ensino fundamental na Educação de

Jovens e Adultos (EJA). Declarando ter voltado a estudar, pois, assim poderá buscar um emprego melhor. Questionamos o motivo desta mãe ter parado seus estudos, a mesma respondeu “Estudar não é para mim não, tenho muita dificuldade em aprender, voltei mesmo porque preciso do certificado. Se não, arrumo emprego”. A fala da mãe mostra o papel que a escola assumiu na vida desta, como afirma Garcia (2012) a escola assume um papel importante na vida dos sujeitos e em alguns momentos usurpa até a esperança destes:

(...) Grande parte destas crianças pobres saem, ao final de alguns anos, sem sequer saber ler e escrever. Saem da escola porque desistiram de insistir em aprender. Saem pior do que entraram, pois ao entrar traziam a esperança de aprender e ao sair levam a certeza de sua incapacidade, não apenas em aprender, mas uma incapacidade global. Garcia (2012, p. 10)

Os pais que responderam a pesquisa disseram que acesso à escola nos dias atuais está mais fácil, no entanto muitos questionam a qualidade do ensino, como apresentado na fala do (Pai 48 Escola B) “Hoje as crianças ficam muito tempo na escola e mesmo assim demora mais tempo para aprender a ler e escrever, na minha época não era assim”. Este pai ainda afirmou que, se tivesse condições financeiras colocariam seus filhos em uma escola particular. Evidenciando assim o grande problema social que está em torno do tema alfabetização na escola pública.

A maioria dos pais entrevistados percebe a educação como um fator importante para a melhoria na qualidade de vida, uma qualidade de vida ligada à formação para o mercado de trabalho, ou melhor, uma titulação para alcançarem um emprego, serem inseridas no mercado de trabalho. Mas quando questionamos se estes trabalhadores possuíam “carteira assinada” obtivemos o seguinte quadro: 73% dos pais entrevistados não tem a carteira assinada, são em maioria diaristas, pedreiros e vendedores ambulantes. Uma situação no mínimo contraditória, os pais vêem a escola como um meio para a sua inclusão em uma sociedade, mas esta instituição continua a reproduzir uma educação para o trabalho alienante. Como afirma Mészáros:

Os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. Consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. (2008, p. 25)

Um pai entrevistado (Pai 44, Escola B) afirmou que a alfabetização “Serve para libertar a pessoa, pois quem sabe ler pode escolher” este pai percebe que a alfabetização/educação como a busca para conhecer a si mesmo e como preparo para a cidadania, como está assegurado no Artigo 205 da Constituição Federal. Acreditamos que os sujeitos envolvidos nesse processo precisam conscientizar que educação e política são elementos interligados. E ainda entenderem que somente através dessa conscientização podem reconhecer-se como atores importantes na sociedade. Por meio da educação podem transformar sua vida e a vida da comunidade em que vivem. Precisam perceber que esse conhecimento como algo que liberta, como aponta Gadotti (2005 p. 56) “O trabalho educativo é essencialmente político e é o político que é transformador”.

Quanto ao envolvimento dos servidores da escola com a comunidade, os pais entrevistados disseram que o envolvimento dos professores com a comunidade local acontece maneira “muito formal”, “os professores tem é medo daqui”. Alguns desses pais relatam que percebem que os professores não querem envolvimento com a comunidade como nos fala um dos pais: “Os servidores da escola parecem ser um grupo seletivo” (pai 74 Escola Classe B). Alguns pais não responderam essa questão ou disseram não saber responder. Muitos responderam que não percebem envolvimento dos servidores com a comunidade local.

A participação dos próprios pais nas atividades propostas pela escola se resume da seguinte maneira: 52% dos pais dizem participar apenas das reuniões que são convidados e dos eventos e festas realizadas pela escola. Um quarto ou 25% deles assumem que não participam nunca e alguns justificam pelo fato de trabalharem e não conseguirem acompanhar a vida escolar dos seus filhos, como pode notar na resposta “não tenho tempo, trabalho diariamente” (Mãe 11, Escola Classe A). Outros 16% dos pais dizem acompanhar sempre e em todas as atividades, inclusive atividades extraescolares, seus filhos ou filhas. Os demais (9%) acompanham somente através de atividades extraescolares.

Algumas considerações

A educação/alfabetização constitui um instrumento de inclusão e emancipação social. O art. 26 da Declaração dos Direitos Humanos vincula o direito à educação ao objetivo do pleno desenvolvimento da personalidade humana, sendo assim, a alfabetização como um direito, estará

integrada as relações e oportunidades de educação formal e informal permanentes de modo a assegurar a todas as crianças, além do acesso e permanência na escola, uma efetiva alfabetização. Promovendo assim uma inclusão social (CASTILHO, 2013).

Nos últimos anos, no Brasil, o Estado e a sociedade civil organizada; têm promovido ações que buscam garantir o direito ao acesso à educação básica para todos. Mas como aponta Mortatti (2004), são ações emergenciais, ações que não conseguem efetivar-se plenamente para o cumprimento deste direito ao cidadão.

Pensar a alfabetização como passo inicial para emancipação dos sujeitos requer analisar outras questões que vão além da formação continuada dos professores, como aponta Lins (...) “não podemos esquecer que as políticas públicas voltadas para a educação têm o desfecho na sala de aula”. As políticas públicas, as políticas sociais em especial as voltadas para a saúde, as condições de trabalho dos docentes, e também de todos trabalhadores, formação continuada dos professores, melhoria nas estruturas física das instituições de ensino, parâmetros curriculares nacionais que visem à equalização dos conteúdos, mas que ao mesmo tempo valorizem o regional, são alguns dos elementos necessários para melhoria na qualidade da educação.

A educação pública precisa ser pensada como solução para os problemas das classes menos favorecidas, precisa despertar e desenvolver nos sujeitos envolvidos a esperança e a certeza de que esse conhecimento transmitido pela escola contribui para que os mesmos não permaneçam na condição de dominados e tomem consciência da importância e da força do seu trabalho buscando sempre a valorização e a organização enquanto classe.

Pois só assim podemos de fato formar cidadãos capazes de exercer seus direitos e deveres além da plena participação crítica na sociedade.

Referencial bibliográfico

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. 3ªed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.- (Coleção polêmicas do nosso tempo; vol.56).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 05/10/1988. Brasília, DF. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em 02/05/2013.

Brasil. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa**. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília: MEC 1997.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, MEC, Ministério da Justiça, UNESCO, 2009.

BRITTO. L. P. L. Alfabetismo e educação escola. In SILVA. Ezequiel Theodoro da. (Orgs). **Alfabetização no Brasil**: questões da atualidade. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

CASTILHO, Ela Wiecko V. de **O papel da escola para a educação inclusiva**. www.mpf.gov.br, acesso em 03/05/2013.

COLELLO. Silvia M. Gasparian. **A Escola que (não) ensina a escrever**. 2 ed. São Paulo: Summus, 2012.

GARCIA. Regina Leite. (Org). **Alfabetização dos alunos das classes populares**: ainda um desafio. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Ceilândia** - PDAD 2013. Brasília: Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal, SEPLAN, 2013.

INAF. Indicador de alfabetismo funcional. **Ação Educativa mostram evolução do alfabetismo funcional na última década**. www.ipm.org.br acesso em 03/05/2013.

MORAIS. Artur Gomes de. **Sistema de escrita alfabética**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012.

MORTATI. Maria do Rosário Longo. **Educação e Letramento**. São Paulo: UNESP, 2004.

OLIVEIRA, Tony Marcelo Gomes de. Marcas do processo de formação do espaço urbano de Brasília pela ótica da erradicação de favelas. *Univ. Huma, Brasília*, v. 5, n1/2, p. 49-76, Jane/dez. 2008.

ONU Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966). Resolução n.2.200-A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966 e ratificada pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992.<[www.usp.br/bibliotecavirtual do direitos humanos](http://www.usp.br/bibliotecavirtual_do_direitoshumanos)>, acesso em 03/05/2013.

PIRES. Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico dialético e a educação. <http://www.formacao.org.br> acesso em 02/05/2013.

PRESTES. Emília Maria da Trindade. **Superando exclusão**: a alfabetização como possibilidade de inclusão. V Colóquio Internacional Paulo Freire – Recife: 2005.

SÁ, Celso Pereira de. **Sobre o núcleo central das representações sociais**. Petrópolis, RJ:Vozes, 1996.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura fundada em 16 de novembro de 1945. www.brasilia.unesco.org acessado em 03/05/2013.